

IDEAU

**A FORMAÇÃO DOCENTE NUMA PERSPECTIVA
INTERCULTURAL, CRÍTICA E ANTIRRACISTA**

**TEACHER TRAINING FROM AN INTERCULTURAL, CRITICAL
AND ANTI-RACIST PERSPECTIVE**

**LA FORMACIÓN DOCENTE DESDE UNA PERSPECTIVA
INTERCULTURAL, CRÍTICA Y ANTIRRACISTA**

Francisca Lusía Serrão Ferreira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (PPGE - UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: franciscaserrao13@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/000-0001-9412-4554>

José Flávio da Paz

Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (PPGECH - UFAM), Humaitá, Amazonas, Brasil. E-mail: jfp1971@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lucimar Perondi

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEPROF - UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: lucimarperondi592@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3299-0561>

Rute Barboza da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidad Nacional de Rosario (UNR), Buenos Aires, Argentina.

E-mail: rutebarboza70@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6758-0706>

RESUMO

Este artigo de revisão bibliográfica analisa a formação docente sob a ótica intercultural, interseccional, crítica e antirracista, considerando as exigências contemporâneas de inclusão e a necessidade de combater práticas discriminatórias na sociedade, no espaço escolar e na sala de aula, em especial. A abordagem considera, não somente, a função docente, mas de todos os membros educadores da escola como agentes de transformação social, questionando o currículo tradicional e propondo práticas pedagógicas que acolham a diversidade cultural. Pensadores e pensadoras como Candau (2008),

Submitted on: 11.03.2024 | Accepted on: 11.14.2024 | Published on: 11.27.2024

Canen & Moreira (2009), Crenshaw (1989), Collins (2000), Davis (1981), Freire (1996), Gomes (2017), Oliveira & Gomes (2015), Silva (2003) entre outros investigadores e investigadoras embasam as reflexões teórico-práticas apresentadas neste produto acadêmico, reforçando a importância de uma formação que desenvolva o pensamento crítico, reflexivo e contribua para uma educação, verdadeiramente, equitativa, inclusiva que respeite as diferenças étnicas, sociais, histórico-culturais e a diversidade humana.

Palavras-chave: Formação Docente. Interculturalidade. Educação. Crítica. Antirracismo. Diversidade Cultural.

ABSTRACT

This bibliographic review article analyzes teacher training from an intercultural, intersectional, critical and anti-racist perspective, considering the contemporary demands for inclusion and the need to combat discriminatory practices in society, in the school environment and in the classroom, in particular. The approach considers not only the teaching function, but all educational members of the school as agents of social transformation, questioning the traditional curriculum and proposing pedagogical practices that embrace cultural diversity. Thinkers such as Candau (2008), Canen & Moreira (2009), Crenshaw (1989), Collins (2000), Davis (1981), Freire (1996), Gomes (2017), Oliveira & Gomes (2015), Silva (2003) among other researchers support the theoretical-practical reflections presented in this academic product, reinforcing the importance of training that develops critical, reflective thinking and contributes to a truly equitable, inclusive education that respects ethnic, social, historical-cultural differences and human diversity.

Keywords: Teacher Training. Interculturality. Education. Criticism. Anti-racism. Cultural Diversity.

RESUMEN

Este artículo de revisión de la literatura analiza la formación docente desde una perspectiva intercultural, interseccional, crítica y antirracista, considerando las demandas contemporáneas de inclusión y la necesidad de combatir las prácticas discriminatorias en la sociedad, en el espacio escolar y en el aula, en particular. El enfoque considera no sólo el rol docente, sino también el de todos los educadores de la escuela como agentes de transformación social, cuestionando el currículo tradicional y proponiendo prácticas pedagógicas que abrazan la diversidad cultural. Pensadores como Candau (2008), Canen & Moreira (2009), Crenshaw (1989), Collins (2000), Davis (1981), Freire (1996), Gomes (2017), Oliveira & Gomes (2015), Silva (2003) entre otros investigadores sustentan las reflexiones teórico-prácticas. presentado en este producto académico, reforzando la importancia de una formación que desarrolle el pensamiento crítico, reflexivo y contribuya a una educación verdaderamente equitativa, inclusiva, que respete las diferencias étnicas, sociales, histórico-culturales y la diversidad humana.

Palabras clave: Formación Docente. Interculturalidad. Educación. Crítica. Antirracismo. Diversidad Cultural.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, cada vez mais marcada pela diversidade cultural e étnica, exige práticas pedagógicas que sejam igualmente diversas e inclusivas. Nesse sentido, a formação de docentes que atendam essas exigências se torna, constantemente, um espaço essencial para discutir e desenvolver abordagens que incluam a interculturalidade e a interseccionalidade de modo que promovam o respeito às diferenças, desde a formação inicial e perpassem constantemente pela continuada.

Segundo Candau (2008, p. 40), “a educação intercultural tem como premissa a construção de um ambiente escolar que reconheça e valorize a diversidade cultural, promovendo o diálogo entre culturas e contribuindo para a diminuição das desigualdades”. Enquanto a interseccionalidade refere-se à compreensão de que diferentes formas de opressão e discriminação, como racismo, sexismo, classismo e outras desigualdades, estão interligadas e se sobrepõem, criando experiências únicas de marginalização para os indivíduos.

Na educação, a interseccionalidade é usada como uma lente para analisar como esses fatores impactam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de diferentes grupos, além de influenciar as dinâmicas dentro do ambiente educativo.

No cenário educacional brasileiro, marcado pela diversidade étnica e cultural, a formação docente precisa ir além da transmissão de conteúdos tradicionais e abarcar perspectivas que valorizem as múltiplas identidades culturais presentes na sociedade. A educação intercultural, crítica e antirracista propõe uma abordagem que reconhece e respeita as diferenças, promovendo o diálogo entre culturas e a inclusão de saberes historicamente marginalizados. Essa formação visa preparar docentes para serem agentes de transformação

social, capacitando-os a identificar e combater práticas discriminatórias e a aplicar pedagogias que acolham a diversidade.

Inspirada por teorias, acrescentaremos ainda, as concepções de pensadores como Paulo Freire, que defende uma educação emancipadora, e Nilma Lino Gomes, que aborda o racismo estrutural na escola, essa perspectiva reforça a importância e a urgência de se construir um currículo que promova a igualdade e o respeito.

A abordagem antirracista é fortalecida por legislações como a lei 10.639/03, que incorpora a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, mas que demanda docentes conscientes e bem preparados para implementá-la de forma crítica e significativa.

Assim, uma formação docente que integre interculturalidade, perspectivas interseccionais, pensamento crítico, reflexivo e antirracista é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática, capaz de acolher as diferenças e a diversidade, fomentando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

2 METODOLOGIA

A metodologia de revisão bibliográfica adotada neste artigo é caracterizada por um processo sistemático que visa reunir, analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre um tema ou problemática, com o objetivo de identificar lacunas, estabelecer marcos teóricos e metodológicos, e orientar novas investigações, neste caso, sobre as questões que envolve a formação docente numa perspectiva intercultural, crítica e antirracista.

Fiz-se opção por essa metodologia por acreditarmos que seja fundamental em contextos da pesquisa de revisão literária, pois permite ao pesquisador mapear o estado da arte e situar seu estudo dentro do conjunto de conhecimentos disponíveis. A revisão bibliográfica contribui para a compreensão aprofundada do tema, a definição de conceitos, e a construção de uma base teórica sólida, além de facilitar a identificação de abordagens metodológicas já aplicadas e seus resultados.

Dessa forma, o processo de revisão bibliográfica seguiu algumas etapas principais, a saber:

- Definiu-se a temática e delimitou-se o problema, a partir de uma questão de pesquisa clara, definiu-se o campo de estudo e os tópicos específicos a serem investigados, delimitando um recorte teórico focado na formação docente numa perspectiva intercultural, crítica e antirracista para evitar dispersão e garantir foco na análise.

Na sequência, fez-se a seleção das fontes em suportes diversos, incluindo a busca por literatura relevante em bases de dados acadêmicas, como *Scopus*, *Web of Science*, *Google Scholar*, entre outras, bem como em livros, capítulos de livros, periódicos, dissertações e teses. Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos com clareza, como a data de publicação, idioma e relevância para a temática.

Ao revisar cada fonte selecionada, foi feita uma leitura crítica, identificando argumentos, hipóteses, metodologias e conclusões. Ferramentas como mapas conceituais e resumos analíticos foram produzidos, objetivando sintetizar os conteúdos e visualizar inter-relações entre autores e conceitos.

Após a análise, foram feitas sínteses dos principais achados e se redigiu este texto que conecta as ideias com coerência e precisão. Isso envolveu a organização dos estudos em categorias temáticas e cronológicas, discutindo as contribuições e limitações dos trabalhos revisados.

Desse modo, concernente aos estudos interculturais, propriamente, essa metodologia de revisão bibliográfica exigiu uma abordagem ainda mais criteriosa e sensível às especificidades culturais e aos contextos históricos das produções científicas revisadas. Estudos interculturais lidam com a diversidade de culturas, identidades e tradições, e, por isso, é essencial adotar uma perspectiva de análise que valorize a diversidade epistêmica e respeite os saberes locais.

A revisão bibliográfica, nesse contexto, não apenas organiza e sintetiza o conhecimento, mas contribui para a construção de um referencial teórico que respeite a multiplicidade de vozes e visões de mundo, favorecendo a inclusão de abordagens críticas e contra coloniais.

3 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, INTERSECCIONAL QUE RESPEITO À DIVERSIDADE

A interculturalidade, segundo Candau (2008), consiste em mais do que apenas coexistir com diferentes culturas: ela exige uma postura ativa de reconhecimento, diálogo e inclusão das diversas expressões culturais presentes na sociedade. Candau (2008) reforça que

a educação intercultural não pode ser considerada apenas como um adendo ao currículo, mas como uma proposta de transformação das práticas educativas, reconhecendo e valorizando os diferentes saberes e vivências culturais (Candau, 2008, p. 51).

A interseccionalidade foi um conceito desenvolvido pela jurista e ativista Kimberle Williams Crenshaw - defensora dos direitos civis norte-americana e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, no final dos anos 1980. Crenshaw cunhou o termo ao examinar como as experiências de mulheres negras eram frequentemente ignoradas nas discussões sobre racismo (focadas nos homens negros) e sobre sexismo (focadas nas mulheres brancas).

Ela argumentou que o tratamento das opressões de forma isolada falhava em reconhecer como essas experiências se sobrepõem e criam uma realidade única para grupos específicos (Crenshaw, 1989).

No contexto escolar, a presença de estudantes de diferentes origens culturais impõe a necessidade de um ensino que vá além do conteúdo eurocêntrico, historicamente predominante.

Desse modo, lidar com a presença desses estudantes no espaço escolar exige práticas inclusivas, sensíveis e que promovam o reconhecimento e valorização da diversidade. Essas práticas se fundamentam em uma educação intercultural, que reconhece e acolhe as diferenças culturais, promovendo o diálogo e combatendo preconceitos.

Esse processo, no entanto, vai além da inclusão simbólica: ele exige mudanças profundas no currículo, nas abordagens pedagógicas e nas políticas da escola. Logo, a educação intercultural visa construir um ambiente escolar que

reconheça e valorize a diversidade cultural, permitindo que cada estudante se sinta respeitado e representado. Essa proposta envolve o desenvolvimento de práticas que promovam o diálogo entre culturas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo essencial que o currículo inclua conteúdos que representem diferentes culturas e histórias, rompendo com o eurocentrismo e dando espaço para perspectivas indígenas, afro-brasileiras e outras “minorias”.

Todavia, sabe-se que a construção de um currículo que celebre a diversidade requer predisposição, senso crítico e boa vontade, tornando-se fundamental o (re)conhecimento e valorização cultural trazida pelo discente e todos os saberes que se encontram disponíveis no entorno escolar e na comunidade onde se encontra o estabelecimento escolar.

Concernente a implementação da lei 10.639/03 no Brasil, por exemplo, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, foi um passo importante para que os estudantes reconheçam a riqueza da cultura negra e afrodescendente. Entretanto, “um currículo inclusivo deve problematizar as relações de poder, promovendo o reconhecimento e a valorização das identidades historicamente marginalizadas”, segundo Nilma Lino Gomes (2017). Isso inclui também abordar temas de outras culturas e promover uma visão crítica sobre a história e as contribuições de diferentes grupos, posicionamento reforçado com a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, embora se reduza as atividades educativas na educação básica, mas nos estabelecimentos de ensino superior, onde fosse possível incluir tal preparo nos cursos de licenciaturas os formam docentes para a educação básica.

Acerca dessa temática, Canen e Moreira (2009) destacam que os professores devem “não apenas reconhecer a diversidade cultural, mas também utilizá-la como uma ferramenta pedagógica para questionar as desigualdades e promover uma educação mais equitativa”. Logo, para que possam lidar com a diversidade de forma positiva, é necessário que tenham uma formação que os

capacite a compreender e respeitar as diferentes culturas presentes no espaço escolar.

A formação docente para a interculturalidade, a interseccionalidade e a inclusão das diferenças deve incluir conteúdos sobre relações étnico-raciais, diversidade cultural e práticas antirracistas. Gloria Ladson-Billings (1995) destaca que a formação docente para uma pedagogia crítica é fundamental para combater o racismo e outras formas de discriminação, pois permite que o educador esteja preparado para lidar com as complexas dinâmicas sociais e culturais em sala de aula.

Ressaltamos que, ao aderirmos a expressão “diferenças”, apresentada desde o início da escrita deste artigo, estamos nos subsidiando no pensamento da Pesquisadora e Professora de Sociologia em Birkbeck, Universidade de Londres Avtar Brah que no seu artigo intitulado “Diferença, diversidade, diferenciação”, publicado nos Cadernos Pagu, nº 26, páginas 329–376, em 2006 do qual sugerimos a sua leitura para melhor compreensão daquilo que estamos queremos garantir.

Outrossim, fazemos adesão, também, ao pensamento do um filósofo francês de origem argelina, Jacques Derrida que introduziu o conceito de “diferença” (ou *différance*, no original em francês) para explorar como o sentido e o significado nunca são completamente fixos ou estáveis, mas sim adiados e dispersos ao longo de uma cadeia infinita de significantes. Esse conceito aparece pela primeira vez em seu ensaio “*Différance*”, que foi apresentado como uma palestra em 1968 e posteriormente incluído em sua coletânea de ensaios *Margins of Philosophy* (1972).

Em “*différance*”, Derrida joga com o significado do verbo francês *différer*, que pode significar tanto “diferir” quanto “adiar”. Ele propõe que o significado de uma palavra ou conceito é constantemente “adiado” em um jogo interminável de diferenças, sem um ponto final de fixação ou presença. Diferentemente do conceito de “diferença” usual, Derrida usa “*différance*” para desafiar a ideia de que o sentido pode ser completamente capturado e compreendido. Em vez disso, ele sugere que os significados se constroem a partir das relações entre os

termos e estão sempre sujeitos a mudanças, dependendo de outros significados contextuais.

Esclarecimentos feitos, retomaremos a discussão sobre a formação docente e os processos de inclusão das diferenças, considerando, a partir do conceito derridariano de que o termo muda, assim deve ser, no espaço escolar e nos nossos currículos. Afinal, uma escola inclusiva também deve se comprometer em combater estereótipos e preconceitos dentro e fora da sala de aula. Isso significa desconstruir ideias pré-concebidas sobre diferentes grupos culturais e trabalhar para que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados. Essa prática deve ser incorporada nas atividades cotidianas e no conteúdo das aulas, para que preconceitos não sejam perpetuados de maneira sutil ou implícita e a mudança possa acontecer nos agentes escolares e, como antes dito, não somente no(a) docente, mas em todo o pessoal envolvido no ato educativo escolar.

4 A EDUCAÇÃO CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Para Freire (1996), a educação tem o poder de emancipar os indivíduos, promovendo uma consciência crítica que desafia as estruturas opressivas e transforma a sociedade. Freire (1996, p. 68) afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro, enquanto ensino, porque ensino ao pesquisar e pesquiso ao ensinar”. Esta perspectiva é central para a formação docente, pois propõe que o professor seja um pesquisador da realidade em que atua e um formador crítico, consciente das dinâmicas de poder presentes em suas práticas pedagógicas.

A educação crítica é uma abordagem pedagógica que busca desenvolver a consciência social e política dos estudantes, capacitando-os a compreender, questionar e transformar a realidade ao seu redor. Inspirada por pensadores como Paulo Freire, essa abordagem propõe uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimentos, incentivando uma postura reflexiva e engajada com as questões sociais. Sob essa perspectiva, a educação deixa de

ser um processo passivo e reprodutivo para se tornar um instrumento de transformação social, no qual o conhecimento é uma ferramenta de emancipação.

Nesse sentido, podemos afirmar que essa proposta freiriana se baseia na ideia de que a formação escolar deve preparar os estudantes para serem cidadãos ativos e responsáveis. Ainda, segundo Freire (1987), educar é um processo de “leitura do mundo”, no qual o educando se reconhece como sujeito histórico e crítico, capaz de atuar sobre a sociedade. A partir desse conceito, a educação deve proporcionar uma compreensão ampla das estruturas sociais e econômicas que influenciam a vida cotidiana, ajudando os estudantes a identificar as injustiças e as desigualdades que precisam ser enfrentadas. Essa postura crítica permite que os alunos compreendam que são participantes de um contexto social e que, como tais, têm o poder e a responsabilidade de transformá-lo. Além do exposto, uma das funções primordiais da educação crítica é o combate às desigualdades. Parafraseando Freire, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987, p. 39).

Este pensamento ressalta a importância do trabalho coletivo na luta contra as estruturas opressoras. Ao discutir temas como desigualdade de gênero, racismo, classismo e outras formas de opressão, a educação crítica promove um entendimento profundo das estruturas que mantêm certas populações em posição de desvantagem.

Assim, ao conscientizar os estudantes dessas realidades, a educação crítica dá-lhes as ferramentas para participar ativamente na criação de uma sociedade mais justa e igualitária, pois, considerando que se trata de uma educação voltada para a transformação social deve incentivar a autonomia e o pensamento crítico, o processo educativo não pode ser “bancário”, no qual o professor deposita conhecimento em alunos passivos. Em vez disso, a educação deve ser um diálogo entre professor e aluno, no qual ambos aprendem e ensinam. Esse modelo dialógico e colaborativo favorece a formação de um pensamento autônomo, que questiona as normas e que busca compreender a realidade de forma ativa e crítica. Essa autonomia é fundamental para que os

indivíduos não apenas aceitem o conhecimento como algo dado, mas sejam capazes de questionar, construir novos saberes, conhecimento e proponham mudanças significativas em si, no meio ambiente e na comunidade onde está inserido.

5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DOCENTE

No Brasil, as implantações e as implementações para que as leis 10.639/03 e 11.645/08 se efetivassem foi um passo importante na construção de uma educação antirracista. Porém, para que essas leis se tornem efetivas, é fundamental que os docentes estejam preparados para aplicar esses conteúdos de maneira crítica e reflexiva. Gomes (2017) observa que a formação docente deve incluir debates sobre o racismo estrutural, preparando o educador para identificar e combater práticas racistas no ambiente escolar.

Gomes (2017, p. 98) enfatiza que “a escola deve ser um espaço de resistência ao racismo e de valorização das identidades negras, permitindo que os estudantes reconheçam e valorizem suas origens e culturas”. Este argumento demonstra que a formação docente precisa estar alinhada a uma pedagogia antirracista, que vá além do currículo formal e promova um ambiente de respeito e acolhimento das diferentes identidades culturais.

Além disso, o desenvolvimento de uma prática pedagógica antirracista requer que o professor compreenda o racismo não apenas como um problema individual, mas como uma questão estrutural que permeia todas as instituições sociais. Como apontam Oliveira e Gomes (2015), “o racismo estrutural deve ser desnaturalizado e combatido em todas as instâncias da sociedade, especialmente na escola, que desempenha um papel formador crucial na vida dos jovens”.

Desse modo, a prática pedagógica antirracista na formação docente é fundamental para a construção de um sistema educacional que valorize a diversidade e promova a igualdade. No Brasil, a diversidade étnica e cultural é uma característica fundamental, mas a discriminação racial ainda persiste e afeta diretamente o ambiente escolar.

Nesse contexto, formar educadores preparados a implementar práticas antirracistas é uma necessidade urgente para transformar a escola em um espaço inclusivo e justo. A formação docente com uma abordagem antirracista visa preparar professores para reconhecerem e combaterem as desigualdades raciais no ambiente escolar.

Ainda, segundo Nilma Lino Gomes (2017), uma educação antirracista permite que o professor reconheça o impacto do racismo estrutural e tenha consciência das práticas discriminatórias que permeiam o cotidiano escolar. Isso é fundamental para que o professor possa, ativamente, garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, valorizando a diversidade cultural e racial. Com essa preparação, os educadores podem não apenas identificar e combater preconceitos em sala de aula, mas também atuar como agentes transformadores na luta pela igualdade.

Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva, ela precisa contemplar a diversidade e combater o racismo em suas práticas e conteúdos. Uma prática pedagógica antirracista implica um currículo que contemple a história, a cultura e as contribuições de populações negras e indígenas, rompendo com a narrativa eurocêntrica predominante. Segundo Gomes (2017), “educar contra o racismo significa desconstruir estereótipos e valorizar a cultura e história afro-brasileiras”. Ao ensinar aos alunos uma perspectiva ampla e inclusiva, a escola se torna um espaço em que as diferentes identidades são respeitadas e promovidas, e onde cada aluno pode se ver representado no conteúdo estudado.

Embora a formação antirracista, interseccional, reflexiva e crítica seja essencial, sua implementação enfrenta desafios. Muitas vezes, os currículos das faculdades de educação e dos cursos de formação inicial ainda não abordam com profundidade as questões raciais, deixando os futuros professores despreparados para lidar com a diversidade de forma crítica. Como aponta Candau (2008), “a formação de professores ainda precisa incorporar a diversidade como um valor educacional fundamental”. Para superar esses obstáculos, é necessário que as instituições de ensino superior se comprometam a incluir disciplinas que abordem o racismo, a discriminação e as práticas

antirracistas, formando educadores que estejam aptos a transformar a realidade escolar.

Além de promover a equidade, a prática pedagógica antirracista contribui para a formação integral dos estudantes. Ao discutir questões raciais e culturais de forma aberta, a escola ajuda os alunos a desenvolverem consciência crítica e empatia. Esse tipo de formação prepara os estudantes para se tornarem cidadãos informados e capazes de conviver de forma respeitosa em uma sociedade plural. O filósofo Paulo Freire defendeu que “a educação é um ato político” e que o processo educativo deve capacitar os alunos a entender e transformar sua realidade. Portanto, uma educação antirracista é um caminho para promover valores democráticos e combater as desigualdades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente numa perspectiva intercultural, interseccional, crítica, reflexiva e antirracista é essencial para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova o respeito às diferenças. Ao adotar essa abordagem, os educadores se tornam agentes de transformação social, capacitados para questionar e combater as práticas discriminatórias e propor alternativas pedagógicas mais inclusivas. Dessa forma, a formação docente transcende a mera transmissão de conteúdos, promovendo uma educação que reconhece e valoriza a pluralidade cultural brasileira.

A educação, portanto, cumpre seu papel social e político ao preparar professores que não apenas transmitam conhecimentos, mas que também sejam capazes de promover o diálogo entre culturas, questionar as desigualdades e desenvolver práticas antirracistas, uma vez que a formação docente precisa estar fundamentada em princípios que promovam a emancipação e a igualdade, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática.

A educação intercultural, interseccional, reflexiva e crítica deverá ser apresentada como uma abordagem transformadora que busca preparar os alunos a compreender, questionar e modificar a realidade social em que vivem.

Inspirada nas pedagogias da autonomia, da esperança e da emancipação, de Freire, enfatiza a formação de cidadãos ativos e conscientes, promovendo uma "leitura do mundo" que permite identificar e enfrentar injustiças e desigualdades sociais. Diferente de uma educação tradicional e passiva, a educação crítica e reflexiva propõe um modelo dialógico, no qual docente, discentes e demais agentes colaboram para desenvolver autonomia e pensamento crítico.

Além de reformar o currículo escolar para incluir diversas culturas e histórias, a formação dirigida aos diversos membros escolares, em especial aos docentes precisa prepará-los para essa postura inclusiva e reflexiva. Assim, a educação crítica se torna essencial para a criação de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, uma prática pedagógica antirracista, interseccional, crítica e reflexa nesse preparo de pessoal é uma abordagem indispensável para transformar a realidade da educação brasileira em um espaço inclusivo e democrático. Embora haja desafios, como a resistência em alterar currículos tradicionais, é possível promover essa mudança através de políticas educacionais e do comprometimento das instituições de ensino, pois ao oportunizar formação para esses agentes para combater o racismo e valorizar a diversidade estamos criando uma escola que respeita e promove a identidade de todos os seus discentes e das suas origens. Somente com uma educação com as características aqui apresentadas será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a diversidade seja reconhecida como um valor fundamental para o reconhecimento da nossa (re)existência, nosso passado e o nosso futuro.

Esse artigo tentou proporcionar uma análise robusta sobre a importância da formação docente no desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e atenta às diferenças e à diversidade cultural, consolidando a visão de que o espaço educacional escolar pode ser um ambiente transformador e de resistência às desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, (26), 329–376, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em 02 out. 2024.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural**: experiências, práticas e formação de professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A educação intercultural na formação de professores: Um debate necessário. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 120-130, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberle W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, **Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, p. 139-168, 1989.

DAVIS, Angela. **Women, Race, & Class**. New York: Random House, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação antirracista: desafios e perspectivas. In: _____. **Educação, identidade negra e formação de professores**. São Paulo: Autêntica, 2017.

LADSON-BILLINGS, Gloria; TATE, William. Toward a Critical Race Theory of Education. **Teachers College Record**, v. 97, n. 1, p. 47-68, 1995.

OLIVEIRA, Adriana de Jesus; GOMES, Nilma Lino. Racismo estrutural: desafios e possibilidades na formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 25-41, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.